

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2021 a 30/04/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/15

20.2021.B	Sessão Outro Evento	06/04/2021-14:08
Publ.: DCD - 07/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 330 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Indignação com o gasto de 2,3 milhões de reais pelo Presidente Jair Bolsonaro em suas férias. Interesse do Presidente da República na realização da reforma administrativa para apropriação do Estado brasileiro. Afronta do Governo Jair Bolsonaro à Constituição Federal, demonstrada em homenagem à ditadura militar. Transcurso do 20º aniversário da reforma psiquiátrica. Retrocesso da política brasileira de saúde mental. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Protesto contra a retirada de moradores de ocupações no Distrito Federal, determinada pelo Governador Ibaneis Rocha.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos vivenciando um momento extremamente trágico no Brasil. Nós estamos vivenciando a retirada de direitos em todos os lugares. Tudo que este País conquistou sempre foi não só com muita dor, mas também com muita tenacidade, com muita luta, com muita esperança e está aí numa corda bamba de uma lógica que ocupa a Presidência da República, que é uma lógica caracterizada pelos traços fascistas, caracterizada também pelos traços psicopatas de completa ausência de empatia e por um processo autocentrado, enquanto o Brasil mergulha na morte, enquanto o Brasil vivencia este momento em quem parte sempre é amor de alguém - mais de 330 mil pessoas partiram.

O Presidente da República gasta, nas suas férias, 2,3 milhões de reais. Este Presidente da República acha que o Governo é dele, que lhe pertence. Por isso faz uma reforma administrativa para que o Estado seja o Estado, a partir da sua vontade e da sua determinação, e não um Estado que sirva o conjunto da população brasileira.

Nunca a Constituição brasileira, em tempos recentes, foi tão atingida. Essa Constituição buscou fazer o luto da ditadura. Agora, esse

Governo busca homenagear essa ditadura das salas escuras de tortura, mas não é só no que diz respeito à lógica genocida que atinge em cheio a população brasileira, e o povo brasileiro padece.

Nós estamos hoje no aniversário da reforma psiquiátrica, hoje faz 20 anos que este País ousou dizer que os manicômios não seriam permitidos e ousou reconhecê-los enquanto holocaustos. Nós vemos uma tentativa de retrocesso na política de saúde mental deste País, com o financiamento do choque elétrico pelo Ministério da Saúde e, ao mesmo tempo, o financiamento dos leitos psiquiátricos, como se cuidar pudesse acontecer sem ser em liberdade. Cuidar sem liberdade é controle, não é cuidado.

Por isso, este Brasil que avançou tanto não pode permitir esses retrocessos que estão em curso e não pode permitir a naturalização da morte, que está neste País. No Brasil, há um Presidente que se negou a vacinar o povo e que possibilitou que o vírus pudesse sofrer mutação e, a partir daí, adquirir novas variantes. É um Governo genocida o que o Brasil está vivenciando.

Por fim, quero dizer ainda que nós também não podemos concordar com o que aconteceu aqui no Distrito Federal. Esse ventriloquo de Jair Bolsonaro, que ocupa o Governo do Distrito Federal, colocou tratores para destruir as casas e as ocupações do povo brasileiro.

Documento 2/15

Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/04/2021-
CD 19:40
Publ.: DCD - 08/04/2021 - SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo à Casa de discussão das reformas tributária e administrativa e do novo pacto federativo.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo que acho importante.

Nós estamos focados neste momento, e não poderia ser diferente, na agenda do debate das vacinações. Nós temos votado um conjunto de matérias para estimular a compra de vacinas no Brasil e ações de combate ao coronavírus. Estamos vivendo a maior crise sanitária da história do Brasil. Mas é muito importante que o Congresso Nacional



também foque a agenda econômica deste ano de 2021.

Nós precisamos discutir as reformas tributária e administrativa e o pacto federativo. Nós estamos com o Orçamento parado há mais de 4 meses, e temos um país na expectativa do que vai fazer o Congresso Nacional, que precisa receber sinais de como agir em relação à agenda econômica do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado. A sessão está se encerrando.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE) - O apelo que faço, Presidente, é que nós possamos reunir os Líderes, o Parlamento, e avançar na agenda econômica do Brasil, porque nós temos um quadro de 14,3 milhões de desempregados, temos as menores despesas discricionárias nos últimos 20 anos, temos o aumento da inflação e a perda do poder de compra dos brasileiros. Se não tivermos medidas que estimulem a geração de empregos e o crescimento, nós vamos ter uma situação muito mais difícil do que a que estamos vivendo.

Eu acho que é preciso serenidade e equilíbrio. Nós precisamos estar unidos, em prol de uma agenda que avance uma pauta que dialogue com o setor produtivo nacional, estimulando o crescimento e, automaticamente, a geração de empregos e de renda no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 3/15

33.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 07/04/2021-
	CD	19:56
Publ.: DCD - 08/04/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Registro de 3.829 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência da Covid-19. Descoberta na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, de nova variante do coronavírus com 18 mutações. Denúncia de realização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de negociações com empresários com vista à sua manutenção no cargo. Existência na Casa de 108 pedidos de impeachment do Presidente da República. Propósito do Governo Jair Bolsonaro de realização da reforma administrativa e desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, eu quero denunciar uma negociação que vai ser feita hoje à noite entre o Presidente genocida Jair Bolsonaro e os endinheirados deste País, exatamente hoje, quando mais 3.829 pessoas morreram.

Aqui em Minas Gerais, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi descoberta uma nova variante do coronavírus com 18 mutações. Existem 108 pedidos de *impeachment*, e, para não cair, Bolsonaro hoje vai prometer nessa reunião para os endinheirados o Estado brasileiro, através da reforma administrativa, para que eles abocanhem o orçamento; a privatização das estatais; e essas vacinas, como foi vergonhosamente aprovado, para que os empresários as abocanhem. É uma vergonha essa negociação para que esse homem não caia. Cento e oito pedidos de *impeachment*!

Essa reunião entre o Presidente e os endinheirados do Brasil está marcada para agora à noite e será regada a vinho e uísque. Nela, eles vão discutir o que seria o futuro do Brasil. Não vão se lembrar desses 3.800 mortos de hoje, já indo para 400 mil mortos. Vão se lembrar do orçamento, que eles estão ávidos para pegar parte dele, inclusive a parte que é do SUS, porque muitos querem aprovar a reforma administrativa e terminar com a vinculação orçamentária de verbas para saúde, para educação, como anunciado.

Portanto, a minha fala hoje é de alerta, porque agora à noite vão servir no jantar o povo brasileiro, vão servir no jantar o Estado brasileiro, vão servir no jantar as empresas brasileiras. É muito triste essa situação, e o Congresso não abre um sequer dos 198 pedidos de *impeachment* que estão aí.

Documento 4/15

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/04/2021-
CD 19:24
Publ.: DCD - 14/04/2021 - BOHN GASS-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Diretor da Escola Nacional de Formação do PT, Vilson Oliveira, falecido em decorrência da Covid-19. Solidariedade a Deputadas diante de agressões discriminatórias praticadas pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, durante reunião na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Encaminhamento de Representação contra o Deputado Eduardo Bolsonaro ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Registro de 3.808 mortes no País nas últimas 24 horas em decorrência do coronavírus. Apoio à



abertura de CPI para apuração de responsabilidades e omissões do Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Ações promovidas por Governadores e Prefeitos Municipais para combate à Covid-19, diante da omissão do Presidente Jair Bolsonaro. Apoio à abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Contrariedade à votação das propostas de reforma administrativa e de privatização de empresas estatais em meio à epidemia de coronavírus, em especial da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de votação do Projeto de Lei nº 823, de 2021, (Projeto de Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer a nossa homenagem a um grande companheiro que foi mais uma vítima da COVID: Vilson Oliveira.

Vilson Oliveira foi Secretário Nacional de Assuntos Institucionais e Diretor de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e assessor especial da Ministra Maria do Rosário, nossa colega Deputada que foi Ministra no Governo da Presidenta Dilma.

Também atuou como Dirigente Zonal, Municipal e Estadual do PT de São Paulo, onde foi Secretário Estadual de Assuntos Institucionais, Secretário-Geral e Secretário de Formação do Diretório Estadual. Também atuou nas administrações petistas de Luiza Erundina e Marta Suplicy na capital paulista. No Legislativo, foi assessor na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara Federal, aqui, com o nosso companheiro Deputado Arlindo Chinaglia. Atualmente, estava como Diretor da Escola Nacional de Formação do PT. Presto a nossa homenagem a esse grande companheiro.

Quero também trazer aqui, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa total solidariedade às Deputadas que foram tão violentamente agredidas, de forma discriminatória, no seu trabalho na Comissão de Constituição e Justiça nesta semana. Além de trazermos nossa solidariedade, trazemos o nosso repúdio à atitude que foi tomada contra elas. Ao mesmo tempo, exigimos que esta Casa se posicione, bem como o Conselho de Ética, para onde, sim, está sendo encaminhada representação contra o Deputado Eduardo Bolsonaro. O pedido já foi feito, mais uma vez, no Conselho de Ética, para que realmente seja apurado o caso e dada a devida punição. Nós não podemos permitir silenciar quando agressões tão sexistas,



discriminatórias, são feitas aqui em relação às mulheres, como já foi relatado. Manifestamos a nossa solidariedade, o nosso repúdio, e cobramos um posicionamento para que se evite esse conceito de violência, esse sentido impeditivo do trabalho dessas companheiras Deputadas aqui na Câmara dos Deputados, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça.

Hoje, nós tivemos mais uma triste notícia: 3.808 mortes. Nós estamos com a pior média diária de mortes: 3.125 mortes nesse último período. São 130 mortes por hora, no Brasil. E tudo isso sendo alimentado por uma política que, na verdade, nega a ciência, nega as orientações da Organização Mundial da Saúde e provoca no Brasil exatamente o que a CPI, que está sendo instalada neste momento no Senado, deve apurar. Somos favoráveis à CPI, porque ela vai poder ir atrás e exatamente trazer as provas a respeito de quem é que deixou faltar vacina. Quem é que não fez os contratos com as empresas? As empresas vão poder chegar aqui e dizer. A Pfizer, por exemplo, vai poder dizer: *"Em agosto do ano passado, eu já havia oferecido. Havia 70 milhões de doses disponíveis, e o Governo não quis comprar, não fez o contrato"*. A CPI vai poder ir atrás de provas para exatamente mostrar por que é que faltou oxigênio. Por que as pessoas não puderam sequer respirar? Por que faltam insumos? Por que faltou uma política de orientação clara para que não houvesse aglomerações? Por que houve ofensiva e penalização contra Governadores e Prefeitos que estavam lutando por isso, já que o Governo Federal não estava tomando atitudes? Muito mais do que não tomar atitudes, o Governo tomava atitudes contrárias, de desorientação no combate à COVID-19 aqui no Brasil. Por isso, nós o chamamos de genocida, sim! Isso provocou todas essas mortes. Por isso, tem que ser apurado - apurado e responsabilizado.

Todos os senhores acompanharam, mais uma vez, o destempero do Presidente, que também ocorre de forma intencional. Por exemplo: quando foi gravado - e a gravação foi divulgada pelo Senador Kajuru -, o que ele falou? Primeiro, ele agrada a sua base - eles gostam que sejam ditas tantas bobagens, porque isso esconde a real vida do povo brasileiro - e, ao mesmo tempo, conspira contra o Supremo Tribunal Federal. Ele saiu dizendo que ia ter que dar porrada em Senador! Mais uma vez, o Presidente falou e se opôs à política dos Prefeitos e dos Governadores, que, na ausência da política federal, tomam atitudes.

Aliás, eu preciso registrar aqui a ação forte de vários Governadores: do Wellington Dias, no Piauí; do Rui Costa, na Bahia; do Camilo Santana, lá no Ceará; da Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte; de tantos outros Governadores que fazem política exatamente na ausência do Governo Federal; e dos Prefeitos, como é o caso de Araraquara, comentado nacionalmente, onde o Edinho do PT tomou atitudes mais fortes, inclusive com *lockdown*, e fez com que a cidade tivesse uma



redução nos índices de internação. A cidade passou inclusive dois ou três dias sem nenhuma morte. E isso está sendo combatido pelo Presidente da República.

Por isso, nós precisamos aqui, sim, ter uma CPI que apure e que responsabilize. E mais do que isso. Nós, da Oposição, estamos trabalhando conjuntamente aqui para que, além dessa CPI, haja também o *impeachment*. E esse é um tema fundamental, no qual quero insistir muito aqui. Nós já temos mais de cem pedidos de *impeachment* nesta Casa. E aí, Presidente, nós precisamos que esses processos andem. Crime é o que não falta! O que nós precisamos é fazer, sim, esse debate. É exatamente isso o que nós estamos propondo a todos aqueles que já fizeram pedidos aqui, Parlamentares ou entidades da sociedade, para que, juntos, nesse próximo período, possamos fazer um debate nacional, para exatamente mostrar a necessidade de interditar este Governo, que é genocida.

Se nós não interditarmos este Governo, se não provocarmos e fizermos um impedimento para o seu afastamento, o Brasil vai continuar tendo mortes. E além das mortes, nós teremos um ferimento gravíssimo na economia.

Nós não aceitamos que se faça uma divisão entre a vida e a economia. É como se a economia estivesse ruim porque estamos numa pandemia. Isso não é verdade! A economia já estava em frangalhos com a política que Paulo Guedes e Bolsonaro faziam neste País antes da pandemia.

Nós precisamos salvar vidas como o mundo inteiro faz: colocando recursos, salvando vidas, tomando medidas fortes. E aí a economia vai se recuperando mais rapidamente.

Então, há dois temas aqui. O primeiro é a CPI, para poder apurar e responsabilizar o crime. O segundo tema a ser tratado nesta Casa é avançarmos no debate sobre o *impeachment*.

Esta é a última parte da minha fala hoje, Presidente. Nós não podemos considerar normal este período em que há votações nesta Casa, por exemplo, sobre reformas administrativas para prejudicar o serviço público ou para querer votar as privatizações, como é o caso da Empresa Brasileira de Comunicação, dos Correios, da PETROBRAS, da RLAM, refinaria que está sendo vendida lá na Bahia, ou da ELETROBRAS.

Eu quero mostrar aqui o documento que recebi da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema ELETROBRAS.



No momento em que o lucro da ELETROBRAS está em 6,4 bilhões de reais, perfazendo um total de 30 bilhões de reais de lucro nos últimos 3 anos, o Governo está colocando aqui uma medida provisória para vendê-la! Estão destruindo o nosso Brasil!

Então, nós não podemos aceitar e não podemos considerar normal que se façam outras votações aqui, a não ser votações que dialoguem com o tema da pandemia, porque o povo precisa é de vacina no braço e de comida no prato. Nós não podemos aceitar que o auxílio emergencial fique nesse valor pífio que o Governo está apresentando. Pessoal, 150 reais correspondem a 5 reais por dia. Ninguém vai se alimentar dignamente!

Nós precisamos fazer uma votação nesta Casa para dar ao menos 600 reais para as pessoas neste próximo período da pandemia. E precisamos também fazer a votação de outro projeto que está tramitando, chamado de Lei Assis Carvalho, para que os agricultores tenham apoio. Nós queremos que seja votado esse projeto para que haja crédito, auxílio emergencial e política de fomento para os nossos agricultores.

É nisto, Presidente, que eu quero insistir: a CPI que apure responsabilidades e faça...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (General Peternelli. Bloco/PSL - SP) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Concluo, Presidente, no tempo que eu havia cedido.

A CPI que apure responsabilidades e faça as devidas punições! O *impeachment* precisa andar nesta Casa, num debate com a sociedade e com todos aqueles que fizeram seus pedidos aqui.

Em terceiro lugar, esperamos que não se considere normal poder votar outros projetos de reformas ou privatizações sem votar o que é essencial: o tema da vacina, o tema do auxílio emergencial, a proteção ao mundo do trabalho nas pequenas empresas, o tema contra a carestia, para que possamos apoiar a agricultura e, ao mesmo tempo, ter preços não tão caros, como são hoje comida, medicamentos e também insumos como combustíveis e gás de cozinha.

Essa deve ser a nossa luta para salvar o Brasil. Como diz o Lula, agora nós não temos um Governo de fato, temos um Governo que trabalha

contra o povo. Nós precisamos ter políticas públicas, como tínhamos nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Documento 5/15

23.2021.B	Sessão Outro Evento	15/04/2021-09:40
Publ.: DCD - 16/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prática de crimes pelo Presidente Jair Bolsonaro. Responsabilidade do Presidente da República pela transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Alcance pelo País da marca de 360 mil mortes em decorrência da Covid-19. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Protesto contra a anunciada desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Insuficiência do auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal. Contrariedade à privatização da Caixa Econômica Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) -
Presidente, venho, neste momento, pontuar o que o conjunto da sociedade já sabe e tem sido detectado através de pesquisas.

O Governo que está em curso no Brasil é um Governo criminoso, e criminoso sob os mais variados aspectos. É um Governo que se utiliza da máquina estatal para defender os filhos e impedir que eles possam sofrer investigações - investigações de fatos gravíssimos -, com um Presidente que gasta mais de 2 milhões de reais nas férias, enquanto o País convive todos os dias com a morte. E, por toda a sua política negacionista e criminosa - atavicamente criminosa -, esse Governo tem feito com que o Brasil esteja no epicentro da crise sanitária que o mundo vivencia e, ao mesmo tempo, tenha que chorar, algo que o Presidente da República não faz, porque não há possibilidade de ele sentir a dor do outro. Mas o Brasil chora, Sr. Jair Bolsonaro, o genocida, mais de 360 mil mortes.

Porém, não é só isso. Esse Governo também é criminoso ao querer retirar direitos de servidores e servidoras, além de colocar o Estado a serviço da iniciativa privada, e não do povo brasileiro, com a reforma administrativa. É criminoso ao tentar privatizar de forma ilegal a ELETROBRAS. Privatizar a ELETROBRAS significa - isso é reconhecido pelo próprio Governo - o aumento das tarifas e do valor das contas de energia.



Isso no momento em que a população não tem um auxílio emergencial decente, porque ele chega a 150 reais, que mal dá para comprar o próprio gás, mas não dá para alimentar. E o Brasil volta a conviver com a fome. Com mais de 100 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de insegurança alimentar neste momento, o Governo quer doar a ELETROBRAS. Ele quer vendê-la por 16 bilhões de reais, uma empresa que deu 30 bilhões de reais de lucro nos últimos anos, que tem ativos de mais de 400 bilhões de reais e que em país nenhum do mundo se busca entregar para a iniciativa privada.

Mas não é só isso. É um Governo que busca criar um banco digital para poder privatizar parte substancial da Caixa Econômica. O Governo quer privatizar a Caixa aos pedaços, sem que haja apreciação do próprio Poder Legislativo. Sobre banco digital, o maior volume de contas digitais que há hoje no Brasil se concentra na Caixa. E o Governo quer criar uma subsidiária para privatizá-la, o que tem alardeado, tanto que o Sr. Paulo Guedes negocia um orçamento a partir de emendas parlamentares, sobrepondo-se à necessidade de investimento em saúde e educação. Entretanto, também quer privatizar a seguridade social, por um valor que é a metade ou quase a metade do que ele queria fazer no ano passado e desistiu em função da pandemia.

Documento 6/15

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-12:36
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Homenagem aos povos indígenas brasileiros. Repúdio à política ambiental do Governo Jair Bolsonaro. Caráter absolutista e genocida do Presidente da República. Contrariedade à proposta governamental de reforma administrativa. Transcurso dos 5 anos do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff e dos 25 anos do massacre de Eldorado do Carajás. Solidariedade às famílias das vítimas da Covid-19 no Brasil.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de hoje, nós estamos fazendo uma homenagem muito especial aos povos indígenas deste País, aos povos indígenas que resistem em defesa da própria vida, dessa teia de vida de que o ser humano faz parte. Nós não somos donos da vida. Fazemos parte de uma teia pulsante diversa de vida, e os povos indígenas são aqueles que mais têm uma relação intrínseca com as diversas formas de vida. Nós temos hoje



possibilidade de homenagear essa população dos povos indígenas, que têm sido vítima de tantos ataques - tantos ataques!

Só para se ter uma ideia, o desmatamento da Floresta Amazônica brasileira, de 2019 para 2020, cresceu 13%. E nós estamos vendo hoje uma política antiambiental que se apossou do Ministério do Meio Ambiente. Não é que o meio ambiente não seja prioritário, é que há uma política antiambiental. Nós estamos vendo um aumento inclusive de apreensão de madeira ilegal, pela Polícia Federal, entre 2019 para 2020, de 95%. E o desmatamento provocado por garimpo, sendo grande parte em territórios indígenas, teve um aumento, de 2018 para 2019, de 28%.

E me vem o Governo Jair Bolsonaro fazer uma carta se comprometendo com uma série de intenções de preservação ambiental, um Governo que tem se caracterizado pela destruição do meio ambiente, pela destruição das garantias fundamentais das lideranças, inclusive de povos indígenas. Nunca se atacou tanto os defensores de direitos neste País.

Este Governo colocou como prioridade o garimpo em territórios indígenas. É este mesmo Governo que acha que o Estado lhe pertence. Não pertence ao povo brasileiro, mas lhe pertence. Vejam a destituição do Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, que ali pontuou a ação do Ministro como parte de uma ação criminosa, associada com madeireiros ilegais.

Portanto, essa lógica de querer se apropriar do Estado é uma lógica absolutista, que fere a democracia. Aliás é uma democracia ferida de forma muito intensa, há 5 anos, com um golpe que foi estabelecido contra a democracia, contra Dilma Rousseff. Há 5 anos, este Parlamento se ajoelhou, este Parlamento colocou as suas digitais, num momento extremamente traumático da história brasileira, e possibilitou que tivéssemos uma fraude criminosa na Presidência da República, uma fraude criminosa chamada Jair Bolsonaro.

Essa lógica de Jair Bolsonaro de querer se apropriar do Estado vai estar em várias de suas ações, inclusive na proposta de reforma administrativa, que visa fundamentalmente que o Estado lhe pertença, para que ele possa demitir servidores públicos como quiser, ou possa fundir órgãos públicos de acordo com sua própria vontade - e ele tem se mostrado à vontade, porque atenta contra a vida do povo brasileiro.

Nós, neste momento, queremos nos solidarizar com todas as famílias que vivem muita dor - muita dor, muita dor - em função de uma política irresponsável e genocida de quem ocupa a Presidência da República.

Por isso, no dia de hoje, em que nós fazemos as nossas homenagens



aos povos indígenas, que preservam a brasiliade e que enfrentam essa ganância daqueles que acham que podem fincar as suas estacas, as estacas das suas cercas, na alma deste povo brasileiro, nós queremos fazer muitas homenagens e lembrar também o massacre de Eldorado dos Carajás, também no dia 17 de abril. Num dia 17 de abril, nós tivemos a execução de quem lutava pela democratização da terra e também, num dia 17 de abril, anos depois, há 5 anos, o golpe contra a democracia.

E aqueles que achavam que o golpe ia ficar ensimesmado vão vendo que hoje nós temos alguém na Presidência da República que testa as instituições, que chama a democracia para dançar à beira do abismo e que vive eternamente ameaçando este País com a sua lógica genocida, com a sua lógica criminosa.

Por isso, registro nossas homenagens aos povos indígenas e à preservação da natureza!

Documento 7/15

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-13:04
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO
		DISCURSO

Sumário

Saudações aos indígenas brasileiros ao ensejo do transcurso do Dia do Índio. Natureza genocida do Governo Jair Bolsonaro. Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2021, sobre alteração da Lei nº 14.116, de 2020, acerca das diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Marcelo Ramos.

Eu queria, neste momento, em primeiro lugar, cumprimentar e saudar todos os povos indígenas e dizer que na Constituição existe cláusula pétreia de proteção aos indígenas, que está sendo violada barbaramente por este Governo genocida e ecocida. Então, nós queremos saudar os povos indígenas e dizer que não há mal que sempre dure e que eles têm, como povos ancestrais que habitam essas terras desde tempos imemoriais, a nossa solidariedade ativa e a de todo o povo brasileiro.

Mas eu queria, Presidente, tratar um pouco do PLN 2, que nós vamos discutir agora. Na verdade, o que existe aqui é o afrouxamento de uma



regra fiscal. Veja: eu sou radicalmente contra o ajuste fiscal. Estou falando porque o Governo entrou num labirinto de ajuste fiscal. Pelo Orçamento aprovado ele pode ser processado, por pedalada fiscal, com a qual cassaram injustamente a ex-Presidente Dilma, porque utilizaram dinheiro público obrigatório, recursos que são obrigatórios - da Previdência, do abono salarial, recursos da agricultura familiar, recursos de trabalhadores -, para garantir emendas parlamentares para os apaniguados do Governo. As emendas parlamentares para cada Parlamentar, em torno de 15 milhões, estão garantidas, constitucionalmente. Esta é a razão do berreiro. Então, neste PLN, evidentemente, nós temos uma questão central, que é a da obrigatoriedade da medida de compensação, que foi colocada no art. 126 da LDO. Agora, o chamado "Programa BEM" - Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, não se pode criar por medida provisória, nem a própria lei, nem o recurso.

Então, eles têm que fazer uma manobra, assim como o teto de gastos, porque eles precisam de espaço orçamentário para aprovar uma medida que já estava em vigor. Ou seja, eles estão fazendo uma enorme ginástica. Vamos votar a favor disso, mas queríamos abrir esta discussão com o Congresso.

Com 373 mil óbitos, mortes no Brasil - e nos solidarizamos com todos os familiares -, com uma média diária de quase 3 mil mortos, uma pandemia, 42 milhões de pessoas em estado de desemprego, de desalento ou redução de condições de trabalho, com tudo isso, o Governo quer fazer ajuste fiscal com reforma administrativa. Quando se está numa guerra, que é do que se trata aqui, no combate ao vírus, há outras medidas. Vamos discutir as reservas internacionais, vamos discutir até a emissão de dinheiro - há 1 trilhão e 700 bilhões acumulados lá no Tesouro Nacional - e uma reforma tributária em que os de cima paguem a conta da crise. Eles têm muito: os bancos, as grandes heranças, as grandes fortunas. Isso tudo não se discute. Então, tira-se dinheiro dos de baixo, ou seja, do abono salarial, do seguro-desemprego, como dissemos aqui.

Essa ginástica tem que ser denunciada. O Governo, no meio de um ajuste fiscal, não pode pagar um auxílio emergencial mínimo, mixuruca, de 250 reais. Com 600 reais, nós vimos o que foi produzido na economia, que foi uma distribuição de renda, sim, que acabou dinamizando a indústria, o comércio, o emprego e assim por diante, no meio da pandemia, que fez com que as pessoas tivessem condições de ficar em casa.

Por isso, a votação deste PLN é, na prática, a denúncia da austeridade fiscal, é uma manobra, é uma ginástica, porque teto de gastos...

(Interrupção do som.)



Documento 8/15

8.2021.N	Sessão Evento	Outro	19/04/2021-18:16
Publ.: DCN - 20/04/2021	TIAGO MITRAUD-NOVO -MG		
-		ENCAMINHAMENTO	DE
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA		VOTAÇÃO	
		DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do veto presidencial nº 8, de 2009, aposto Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 441, de 2008), sobre reestruturação de carreiras e cargos da administração pública federal.

O SR. TIAGO MITRAUD (NOVO - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo, senhoras e senhores presentes, o Partido Novo resolveu fazer este destaque, primeiramente, porque nós acreditamos que este é um veto completamente atemporal. É um veto ainda do Presidente Lula. Nós tivemos depois Dilma, Temer e Bolsonaro - um mandato e meio da Dilma, meio mandato do Temer e o mandato do Bolsonaro.

Estamos resgatando aqui um veto de 2019, referente à Lei nº 11.457, de 2007, que inicialmente dispunha sobre administração tributária federal. A lei propunha tão somente que os cargos efetivos de técnico da Receita Federal da carreira de auditoria fossem transformados em cargos de analista tributário da Receita Federal. Mas, ao longo da tramitação aqui na Câmara, esse projeto foi modificado, tendo-se inserido nele a transformação de técnicos da extinta Secretaria da Receita Previdenciária em analistas tributários da Receita Federal do Brasil. O que acontece é que nós estamos pegando, neste caso, cerca de 1.800 funcionários - o número não é exatamente esse, mas é mais ou menos por aí - concursados de nível médio e, por meio de um projeto de lei, automaticamente estamos transformando seus cargos em cargos de nível superior, que, obviamente, tem uma remuneração muito maior.

Só para se ter ideia do impacto, algumas das carreiras previdenciárias, como a de técnico administrativo, tinham teto salarial de 3.500 reais, enquanto os analistas de seguro social tinham teto salarial de 9.700 reais. Esses cargos que estão sendo transformados agora em cargos



de analista da Receita têm um teto de 18.000 reais. Então, esses funcionários todos vão passar a ter acesso a uma carreira com teto remuneratório muito maior. Esta é aquela prática comum chamada de "trem da alegria": por meio de uma canetada do Congresso, se consegue modificar a remuneração de inúmeros servidores.

Presidente, nós acreditamos que o Estado tem que ser técnico. Nós precisamos de uma grande reforma administrativa, e o Partido Novo tem sido um dos maiores defensores dessa reforma. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, justamente para que possamos modernizar o Estado brasileiro, reestruturá-lo, a fim de que tenhamos condições de ter critérios técnicos para a remuneração dos servidores, de modo que a remuneração de cada um dos concursados seja compatível com a complexidade do cargo e com a responsabilidade da sua função, em vez de termos carreiras com salários decididos por canetadas do Congresso ou carreiras que não têm complexidade tão grande equiparadas com carreiras que têm complexidade maior e que, por isso, ganham mais.

A derrubada desse veto seria, inclusive, inconstitucional, porque esses servidores seriam nomeados para novos cargos sem concurso. Então, aqueles que defendem o concurso público como critério de entrada no serviço público precisam ser a favor da manutenção desse voto. Se nós derrubarmos esse voto, novamente estaremos agindo de forma inconstitucional, tanto por estarmos investindo em cargos de carreira de nível superior técnicos que não foram aprovados em concursos compatíveis com a complexidade dessa função, quanto por estarmos incorrendo aqui em uma questão fiscal: como é que se vai abrir espaço no Orçamento para isso?

Há pouco, discutindo com um dos assessores, eu tive notícia de que, com esse possível, aliás, possível, não, com esse certo aumento salarial dos técnicos dessa carreira, o impacto não seria só daqui para a frente, porque, com a derrubada do voto, eles poderiam entrar na Justiça exigindo esses salários aumentados retroativamente ao momento em que a lei foi aprovada, há mais de 10 anos.

Poderiam, inclusive, entrar na Justiça pedindo o que foi dado de bônus de desempenho ao longo desta última década, o que poderia provocar um impacto de 2,5 bilhões de reais. Quantas vacinas não poderíamos comprar com 2,5 bilhões de reais? Isso é quase 10% do orçamento do Bolsa Família, por exemplo, que custa pouco mais de 30 bilhões de reais por ano.

Então, nós não podemos aqui derrubar esse voto, por conta desses inúmeros riscos fiscais que estariam envolvidos e também da injustiça que estaria sendo feita com aqueles que prestaram concurso para ter acesso às carreiras de nível superior. Neste momento, também



achamos que é bastante inadequado resgatar esse voto de 2009, do Presidente Lula.

Só para finalizar, Presidente, gostaria de pedir aqui o apoio dos pares, com todo o respeito àqueles que têm opinião contrária, porque nós precisamos manter este voto, garantindo que não haja esse "trem da alegria" com relação a essas carreiras e tentando dar um pouquinho de alívio financeiro para o próprio Governo Federal, do Presidente Jair Bolsonaro.

Muito obrigado.

Documento 9/15

8.2021.N	Sessão Outro Evento	19/04/2021-18:40
Publ.: DCN - 20/04/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Iminência de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Indignação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre alteração da Constituição Federal, com vistas a medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituição do Novo Regime Fiscal. Prejuízos às indústrias farmacêutica e química nacionais no Governo do ex-Presidente Michel Temer. Defesa da justiça salarial para os servidores públicos.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra não para falar diretamente sobre o conteúdo do voto, mas para falar sobre o ataque generalizado ao serviço público federal e ao Estado brasileiro.

Estamos às vésperas do início do debate da PEC 32, a reforma administrativa, que já vem antecipada pela PEC 186 e que traz consigo também vários decretos e portarias que inviabilizam os serviços públicos no Brasil. Nós temos a Emenda Constitucional nº 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos. Agora, por exemplo, este Orçamento, lamentavelmente, ainda impõe restrições gigantescas ao investimento, à pesquisa, à inovação, ao funcionamento das universidades. A verdade é que há um destroçamento do Estado

nacional desde o golpe, que completou 5 anos.

O Sr. Temer acabou com o complexo industrial farmacêutico, a indústria química brasileira. A própria ABIQUIM manifestou-se à época. Abriram-se os portos não para as nações amigas, mas para as nações predatórias. Isso aconteceu no Brasil ao arreio da lei e, infelizmente, hoje nos torna um País colonizado, um País com grandes dificuldades para o enfrentamento da pandemia, porque, por exemplo, 90% dos fármacos são importados. Todos os materiais, EPIs, os principais equipamentos de proteção individual para o enfrentamento à COVID são importados. E uma patente leva anos para ser liberada. Estamos em grande dificuldade.

É preciso proteger o Estado nacional, garantir justiça salarial para os que servem à população brasileira. Acima de tudo, é preciso desmistificar a ideia de que há preguiça e paradeiro. Não! Há muito trabalho, há muita gente salvando vidas. Sem dúvida, é necessário vitalizar o setor público em vez de desconstruí-lo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 10/15

37.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 20/04/2021-
CD 16:56
Publ.: DCD - 21/04/2021 - GIL CUTRIM-REPUBLICANOS -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Solidariedade aos familiares e amigos das 370 mil vítimas da pandemia de Covid-19 no País. Oportunidade da votação das reforma tributária e administrativa. Crescimento da dívida pública do País em meio à pandemia. Esclarecimento a respeito do caráter não privativista do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais. Pedido de aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência para a matéria.

O SR. GIL CUTRIM (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores que nos assistem pela TV Câmara e pelas rede sociais, eu inicio esta fala agradecendo a minha acolhida afetuosa e calorosa nos quadros do Republicanos. Agradeço ao partido, na pessoa do Presidente Nacional do Republicanos, o Deputado Marcos Pereira. Quero também agradecer ao Líder Hugo Motta a gentileza de me conceder o tempo da Liderança, nesta tarde



tão importante para a Nação brasileira.

Inicio, Presidente, solidarizando-me com os familiares e amigos dos mais de 370 mil mortos em nosso País. Esta Casa teve sempre um protagonismo especial e essencial no enfrentamento e no combate à pandemia. E esse combate à pandemia não se refere apenas à questão sanitária. Nós precisamos acompanhar também a pauta econômica do nosso País, até mesmo porque não existe elemento suficiente de investimento se não há equilíbrio fiscal, se não se encontram aqueles que, por assim dizer, vão pagar a conta.

É por isso, Sr. Presidente, que, em meio à crise sanitária que nós enfrentamos, em meio à crise econômica que nós enfrentamos, a pauta da reforma tributária é essencial, sim; a pauta da reforma administrativa é essencial, sim. E precisamos ter muita atenção a isso, neste momento em que vivemos.

A dívida pública no País cresceu em larga escala devido à pandemia. Em razão disso, a modernização da administração pública e a racionalização dos gastos públicos têm que ser prioridades também, principalmente nesta quadra em que nós estamos enfrentando a pandemia. Precisamos, principalmente, dar segurança jurídica e, ao mesmo tempo, equilíbrio fiscal ao Estado, dando assim fôlego para que o Governo possa investir, principalmente no enfrentamento da COVID-19, com compra de vacinas, com ainda mais suporte a Estados e Municípios em equipamentos e insumos que têm faltado nos hospitais do nosso País afora, Deputado Hildo Rocha.

Por isso, com esse sentido e neste contexto, tramita na Casa o PL 591/21, que trata da regulamentação e modernização do sistema postal brasileiro. Não se trata um só 1 minuto de privatização. Então, é bom que fique claro que essa ideia de privatizar os Correios está muito longe de acontecer. Antes que isso aconteça é preciso um amplo e pleno debate sobre um tema fundamental que ultrapassa a nossa história e interfere nas nossas vidas.

Precisamos de instituição forte, eficiente, sem interferências políticas, com capacidade de autossustento, com boa tecnologia. E é por isso que vamos, a partir de agora... E eu dou a minha palavra, empenho o meu trabalho...

Presidente, eu peço que solicite aos demais que desliguem os microfones.

Eu estou dando aqui a minha palavra. Escutei atentamente os discursos legítimos da Oposição sobre a preocupação que a matéria lhe causa, preocupação que também é a deste Relator, quanto à necessidade de nós debatermos e aprofundarmos o tema. Mas não é



pelo simples fato de aprovarmos um requerimento de urgência nesta tarde de hoje que vamos de forma açodada construir um relatório que vise dar mais eficiência ao sistema postal do nosso País.

Precisamos de planejamento estratégico. Nós já o temos e vamos cumprí-lo à risca. Vamos conversar com setores do Governo: com o Ministério da Economia, com o Ministério das Comunicações, com o Banco do Nordeste. Vamos conversar com as entidades de classe. Nós precisamos escutar os sindicatos. Nós precisamos escutar aqueles funcionários que doaram à empresa a sua vida, na chuva, no sol, de manhã, de tarde e de noite. Nós precisamos dialogar com a sociedade, sim. Nós precisamos escutar o terceiro setor. Nós precisamos escutar os técnicos desta Casa. E, sobretudo, Deputada Talíria Petrone, nós iremos escutar os Líderes desta Casa, para a quatro mãos construirmos um relatório que vise dar, além da segurança jurídica, as condições necessárias para um serviço postal eficiente em nosso País.

E, para fazer esse amplo debate, Deputado Marcelo Freixo, nós precisamos realmente construir esta agenda para o País.

Eu construí aqui, e fiz questão de escrever, algumas garantias e diretrizes que iremos seguir.

Primeiro, vamos garantir no próprio texto a universalização e a prevenção dos preços abusivos. Vamos também melhorar a qualidade; modernizar a companhia; aumentar a capacidade de investimento; aumentar a tecnologia.

Peço mais 1 minuto para concluir, Presidente.

Nós precisamos também gerar um ambiente favorável na economia e valorizar o legado dos Correios, respeitando a história da instituição, valorizando os empregados e garantindo a eles o mínimo de estabilidade possível. Vamos também escutar o povo, escutar a voz das ruas, e maximizar o valor gerado para a União.

Para concluir, Presidente, peço aqui a aprovação do requerimento de urgência com a garantia e a segurança de que iremos fazer um grande debate em relação à formalização, à construção de um texto que dê segurança jurídica ao sistema postal da Nação brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

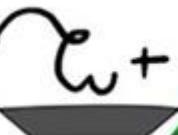
Documento 11/15

25.2021.B

Sessão Outro Evento

22/04/2021-09:20

Publ.: DCD - 23/04/2021 - RUBENS OTONI-PT -GO



Sumário

Indignação com o descaso do Presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia do Coronavírus. Anúncio de atraso na vacinação de grupos prioritários pelo Ministério da Saúde. Repúdio ao Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais e à Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e da alteração da Lei nº 5.899, de 1973, da Lei nº 9.991, de 2000, e da Lei nº 10.438, de 2002.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*, pelas redes sociais, trago aqui a minha indignação diante do descaso, diante da omissão do Governo Bolsonaro no enfrentamento à pandemia.

O Ministério da Saúde, no mês passado, em março, anunciou que faria a vacinação dos grupos prioritários até o final de maio. E, ontem, o Ministro da Saúde anunciou que esta vacinação não se completará mais no mês de maio, mas sim até o final de setembro.

Isso é um absurdo, uma demonstração do descaso, da omissão, porque o Governo não se preparou para enfrentar a pandemia. Lembro que esses grupos prioritários correspondem a apenas um terço da população - apenas um terço da população - que será vacinada até setembro. E quando o restante da população será vacinada?

Mas a minha indignação, Sr. Presidente, vai mais adiante, porque além de o Governo Federal não fazer a sua parte, não cumprir com a sua obrigação no enfrentamento da pandemia, traz para esta Casa uma pauta que não tem nada a ver com o momento que nós estamos vivendo. Ao invés de se preparar para enfrentar a pandemia, traz projetos para privatizar os Correios, para privatizar o Sistema ELETROBRAS, para fazer reforma administrativa, que é um pacote de maldades com o funcionalismo público. Isso é um absurdo, e nós não podemos aceitar.

O momento que nós estamos vivendo é dramático, e a nossa tarefa é salvar vidas. Para salvar vidas, nós precisamos garantir vacina - vacina já e para todas as pessoas! Precisamos garantir emprego para o povo brasileiro; para aqueles que não têm um emprego, precisamos garantir o auxílio emergencial; e para aqueles que nem o auxílio emergencial terão, precisamos fazer uma campanha de solidariedade para combater a fome, que chega a milhões e milhões de famílias. É isso

que nós precisamos fazer. É essa a nossa responsabilidade.

E é preciso que o Governo Bolsonaro entenda a sua responsabilidade, o seu papel. Passou da conta o descaso e a omissão. Não podemos permitir que esse descaso e omissão do Governo Federal tenham cada vez mais consequências na vida do povo brasileiro, principalmente do povo mais simples, humilde e trabalhador, que enfrenta as consequências maiores da pandemia.

Peço, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja registrado nos meios de comunicação da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 12/15

Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/04/2021-
40.2021 CD 19:12
Publ.: DCD - 28/04/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à luta dos funcionários da Caixa Econômica Federal contra a privatização da instituição e em defesa da inclusão dos bancários entre os grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19. Contestação às críticas do Ministro da Economia, Paulo Guedes, aos servidores públicos. Contrariedade à proposta de reforma administrativa. Dados econômicos demonstrativos do fracasso da gestão do Ministro Paulo Guedes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero agradecer a V.Exa. e, neste momento, emprestar a minha solidariedade e o meu apoio incondicional a todos os funcionários da Caixa Econômica Federal - são meus colegas, pois eu sou funcionário do Banco do Brasil.

Eles fizeram hoje um dia de luta, um dia de protestos, por 24 horas, mobilizados em defesa do patrimônio público brasileiro, em defesa da Caixa Econômica Federal, contra a privatização e em defesa da vacina, até porque os trabalhadores da Caixa, Presidente, estão sem parar um dia. Em que pese toda a exposição ao coronavírus, eles estavam ali, na linha de frente - aliás, os bancos fizeram isso; o Banco do Brasil fez isso também.

E a Caixa faz o seu protesto, reclama os seus direitos. São trabalhadores que precisam ser reconhecidos, valorizados, respeitados, pois fazem um trabalho essencial na pandemia no que diz



respeito à atividade bancária e também às lotéricas. Enfim, há toda uma situação que precisa ser conhecida, reconhecida e respeitada.

Por isso, em defesa da Caixa Econômica Federal pública, dos trabalhadores da Caixa e do Banco do Brasil, dos bancários, o patrimônio público tem que ser respeitado.

De outra parte, Presidente, eu quero dizer que fiquei impressionado com mais uma manifestação do Ministro Paulo Guedes. Agora ele diz que as pessoas estão querendo viver 100 ou 120 anos e que o Brasil não tem condições de pagar pelas pessoas que vivem por todo esse tempo, desmerecendo, desfazendo das pessoas, do cidadão, da cidadã por sua longevidade, dizendo que o Estado não tem condições de pagar essas pessoas, exatamente para justificar o aperto que ele pretende fazer, e está fazendo, na reforma administrativa.

Já foi assim na reforma da Previdência: castigo, castigo, castigo para os mais humildes, para os mais pobres - os grandes privilégios eles não tiraram, Presidente. Agora, na reforma administrativa, quer castigar os servidores públicos. Aliás, ele mesmo disse, um tempo atrás, que os servidores públicos eram parasitas, ou seja, pessoas ineficientes, com trabalho lento, pouco produtivas. Essa é a visão do Ministro Paulo Guedes.

Pois nós queremos contestar. Os servidores públicos trabalham, honram a sua atividade. Não há Brasil sem serviço público e não há serviço público sem o servidor público municipal, estadual e federal. A reforma administrativa atira, Presidente, contra o professor, a professora, o policial civil, o policial militar, o guarda municipal, os agentes de segurança, os agentes de saúde. Eles não estão tocando no Poder Judiciário, no Ministério Público, nos altos salários. Não! Não estão tocando! É preciso que nós denunciemos isso muito claramente, porque querem defenestrar o servidor público - não sem que nós reajamos, não sem que nós digamos com clareza que não concordamos com isso.

O Ministro Paulo Guedes disse que quando vai ao mercado, ele é aplaudido, reconhecido, agradecido. Ele pode ser aplaudido, Presidente, mas só se for pelo dragão da inflação. Esse, provavelmente, vai aplaudir o Ministro Paulo Guedes. Vamos ver os números da economia, do Ministro da Economia. A inflação dos últimos 12 meses já passou de 6%. A gasolina subiu nesse período, só neste ano, quase 40%. O óleo diesel, mais de 35%. O dólar está a 6 reais ou acima disso. A gasolina também passou de 6 reais na bomba. O diesel, de 5 reais. O desemprego está em 14,5%, ou seja, quase 15 milhões de brasileiros estão desempregados, sem contar os subempregados. A energia elétrica subiu, nesse período, Presidente, 14,5%; foi lá pra cima. O aluguel subiu 23% no último ano. O gás de cozinha o Ministro



Paulo Guedes disse que ia ser vendido a 30 reais - e foi aplaudido na FIESP, em São Paulo. Pois o gás de cozinha, Ministro, vou lhe avisar, passou de 100 reais, está custando 105 reais. O juro está lá em cima, enquanto o auxílio emergencial está lá embaixo.

E nós precisamos dizer isso com transparência, com sensibilidade, com clareza. Não precisamos falar alto; basta dizer os números, porque eles falam por si só. Se tiver que alguém aplaudir o Ministro, além do dragão, talvez os paraguaios aplaudam, porque a moeda brasileira se foi lá para baixo; está perdendo até para o guarani, a moeda dos nossos vizinhos paraguaios, que começaram a comprar do Brasil.

Então, Ministro, olhe para a realidade. O pior cego não é quem não vê; é quem não quer ver. E só quem não quer ver não enxerga a dura realidade da economia, e também da falta de vacina e da falta de condições para o nosso povo.

Documento 13/15

28.2021.B	Sessão Outro Evento	29/04/2021-10:44
Publ.: DCD - 30/04/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Deputada Rosangela Gomes, que bom vê-la na presidência!
Fico muito feliz!

Deputada, hoje eu quero falar do debate que está acontecendo na CCJC sobre a reforma administrativa, a PEC 32, e quero fazer um alerta.

Muita, muita gente está achando que a PEC 32 pode passar com facilidade pela CCJC, mas isso só acontecerá se a CCJC não for devidamente criteriosa para lidar com esse assunto, porque a PEC 32 traz pelo menos duas inconstitucionalidades muito evidentes. E nós da Frente Parlamentar Servir Brasil, a Frente em Defesa do Serviço Público aqui no Congresso, e os Parlamentares envolvidos nesse debate, como a Deputada Alice Portugal, que também preside uma

frente, já identificamos inconstitucionalidades óbvias.

Primeiro, a PEC 32 concede amplos poderes aos Chefes do Executivo, inclusive o Presidente da República, para extinguir órgãos autárquicos e fundacionais. Se a regra estivesse valendo, diante de toda a contenda que este Governo causa com alguns órgãos, talvez o IBGE já não existisse mais, já que o Governo não gosta de dados, tem medo dos dados, porque sabe que será mal avaliado, especialmente na política econômica e social.

O IBAMA, igualmente, porque o Governo também não gosta de preservação ambiental, poderia já ter sido extinto, se essa regra estivesse valendo. Então, é uma constitucionalidade. O Congresso precisa ser chamado, ouvido na hora de se extinguir algum órgão ou alguma fundação.

Outro ponto também obviamente é constitucional é o acréscimo de certos princípios que não são princípios na Constituição, deveriam ser tratados como diretrizes. Princípio pode ser afrontado, diretriz é o rumo que o Governo quer dar para a política pública. Então, é um Governo confuso que coloca como princípio inovação, responsabilidade, coordenação, subsidiariedade, que é uma desculpa para privatizar os serviços públicos, Deputada Rosângela Gomes.

Portanto, a CCJ precisa ficar atenta porque existem inconstitucionalidades evidentes na PEC 32 e, por isso mesmo, nós temos feito intenso contato com o Deputado Darci de Matos para alertá-lo sobre essas inconstitucionalidades.

Presidente, peço que seja divulgado este discurso nos meios de comunicação da Casa.

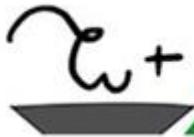
Muito obrigado.

Documento 14/15

42.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021-
CD 12:28
Publ.: DCD - 30/04/2021 - RICARDO BARROS-PP -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Instalação de Comissão Especial destinada à análise de proposta de atualização de regras eleitorais. Aprovação pela Casa de proposições relevantes ao Brasil com a atuação do orador como Líder do Governo e na gestão do Presidente Arthur Lira. Desafios do Governo Jair Bolsonaro e do Parlamento para a



promoção do desenvolvimento socioeconômico do País. Ações do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Posicionamento do orador quanto às propostas de reformas administrativa e tributária. Solicitação aos Deputados de apoio à pauta em benefício do País.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres companheiros, quero destacar o momento que estamos vivendo no Brasil, momento importante político de decisões. O Presidente Jair Bolsonaro escolherá o seu partido político, as alianças estaduais estão se formando, a reeleição dos Srs. Parlamentares aqui está em andamento, muitas pessoas novas querendo participar da política. E nós temos que ter clareza das regras.

Primeiramente, foi criada uma Comissão para tratar da regra eleitoral, que será relatada pela Deputada Renata Abreu, que vai definir como vamos conduzir o processo, qual é a regra da eleição, para que cada partido, em seus respectivos Estados, possa definir como concluirá a montagem da sua chapa.

Quero também falar um pouco do nosso trabalho aqui na Liderança do Governo. Nós já votamos neste ano: a independência do Banco Central; a nova Lei do Câmbio; depois, a PEC Emergencial, com gatilhos importantes de ajuste fiscal; o Marco Legal do Gás; o veto ao Marco Legal do Saneamento Básico, que nós conseguimos manter, garantindo aos Municípios a sua autonomia para licitar os serviços de água e esgoto; votamos matéria sobre a cabotagem, que é um bom projeto de redução do Custo Brasil.

Portanto, vimos de crescentes e importantes deliberações. Tudo isso já foi votado nesses primeiros meses da administração do Presidente Arthur Lira na Câmara, mostrando que, sim, essa articulação feita para eleger o Deputado Arthur Lira na Câmara é uma coalizão para o bem do Brasil. Nós estamos focados em matérias relevantes para que a economia aconteça.

Houve agora uma atenção à infraestrutura, num evento chamado Infra Week, uma semana em que estiveram olhando para isso. Os leilões do Ministro Tarcísio, do Ministério da Infraestrutura do Governo Bolsonaro, têm sido bem-sucedidos, atraindo bilhões em investimentos que vão gerar empregos e impostos para os brasileiros, oportunidade para os nossos jovens, diminuição do Custo Brasil e mais competitividade do Brasil, com seus produtos no exterior. Agora estão previstos mais 56 bilhões na nova rodada de concessões.

Então, o País vem num ritmo correto, o dólar está já abaixo de 5,40 reais, há uma confiança no mercado nas questões da condução da política econômica do Ministro Paulo Guedes. E o que vamos enfrentar



pela frente? Vamos vir com nova Lei do Licenciamento Ambiental; a regularização fundiária, *homeschooling*. Ainda temos projetos referentes a *start-ups*, superendividamento, que estão prontos para serem votados aqui em plenário.

A pauta da Câmara está muito desafiadora, enfrentando temas importantes ao Brasil, temas relevantes para a nossa capacidade de enfrentar as dificuldades que o Governo tem pela frente, mas as dificuldades do Governo são dificuldades do Brasil. Os desafios do Governo Bolsonaro são desafios do Brasil. Estamos enfrentando a crise da COVID com um recorde de geração de empregos agora no CAGED, estamos retomando a empregabilidade. Mais bilhões foram colocados, para que pudéssemos apoiar a manutenção de empregos com carteira assinada, com a redução e a suspensão da jornada de trabalho, bancados pelo Governo Federal. Vamos colocar recursos no PRONAMPE para financiar as pequenas empresas, para que elas continuem na sua capacidade operacional.

Estamos discutindo sobre como resolver o passivo tributário das empresas. Então, há um grande desafio para um conjunto importante de matérias que o Presidente Bolsonaro encaminhou para esta Casa e que nós estamos enfrentando aqui nas votações.

Temos iniciativas parlamentares, como a Loteria da Saúde, que está sendo votada nesta Casa e que vai gerar recursos para o combate à COVID. Muitos bilhões de reais foram disponibilizados para o combate à COVID, vacinas compradas, contratadas, ainda com poucas vacinas autorizadas pela ANVISA e, portanto, atrasando o nosso cronograma de vacinação. Mas o Governo fez e assinou os contratos. Nós temos 560 milhões de doses de vacinas contratadas. E contratará mais, porque, como estamos vendo, a programação de entrega de vacinas não pôde ser cumprida porque não houve a liberação da ANVISA nem da Covaxin, nem da Sputnik nem de outras vacinas que estão lá com pedido de uso emergencial.

Já temos um alívio na precisão de leitos de enfermaria e de UTI, já diminuiu aquele desespero por oxigênio, pelo *kit* intubação. Há necessidade, sim, de sistema de rastreamento dos testados. Só testar as pessoas não adianta. Quando testada, é preciso rastrear a pessoa, com quem teve contato nos últimos dias, e isolá-la para que, aí sim, não se transmita o vírus. Se nós tivermos um sistema de testagem de alto volume e rastreamento, poderemos reduzir o nível de contaminação e com menos impacto na economia. Há 30 milhões de brasileiros vacinados e 15 milhões que estão com anticorpos porque já tiveram a doença. Então, é uma nação inteira, 45 milhões de pessoas poderiam estar consumindo e frequentando os lugares normalmente porque já estão com a imunidade. Temos aqui o projeto do cartão de identificação dos vacinados, do Deputado Dr. Luizinho, para as



pessoas que já têm os anticorpos eventualmente possam retornar à atividade, ao consumo, dando uma irrigação importante às atividades econômicas do Brasil.

Enfim, são várias as ações que o Presidente Bolsonaro está articulando e os nossos Ministros estão trabalhando nas várias áreas de governo para podemos avançar. Vamos votar aqui o projeto da geração distribuída de energia, que é também muito polêmico, mas importante para o Brasil. Vamos votar várias matérias que são de interesse da Nação brasileira.

Presidente, quero ainda registrar a programação de matérias que estão aqui acordadas para serem votadas e dizer que o Brasil receberá, sim, a reforma administrativa, que, no dia 14, terá a última audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, entrará em votação agora em maio. Quanto à reforma tributária, o Presidente Arthur Lira, junto com o Ministro Paulo Guedes e as Lideranças da Câmara, decidiu que será votada de forma fatiada, provavelmente em quatro etapas, começando pela CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, que é a fusão do PIS/COFINS.

Vamos começar pela simplificação tributária e, depois, avançamos para organizar um sistema tributário mais fácil e, portanto, mais simples para o contribuinte, que custe menos para o contribuinte e este possa pagar corretamente seus impostos - hoje nós temos um exército de funcionários nas empresas só cuidando de cumprir as regras tributárias -, além de uma tributação mais justa.

Nós temos que pensar um pouco que o Brasil incentiva a exportação de produtos não manufaturados e não processados e desincentiva a geração de empregos e a industrialização do País, na medida em que um produto para exportação não paga PIS/COFINS, ou seja, é desonerado, e o produto para consumo interno é onerado. Se a soja é processada aqui, há tributação; se ela é exportada, não há tributação. Deveria ser o contrário: o processado no País devia ser incentivado, para gerar empregos, impostos, e agregar valor ao que vai ser exportado.

Desta forma, há toda uma discussão importante para o Brasil na reforma tributária, como há toda uma discussão em torno da reforma administrativa, para que haja um Estado mais leve, mais eficiente, com meritocracia, um Estado que custe mais barato. Hoje a máquina brasileira custa 14% do Produto Interno Bruto, quando a média na comunidade europeia é de 9% e, no Japão, 5%. Quem sabe daqui a 30 anos, nós tenhamos uma máquina eficiente, comprometida com a qualidade do serviço público e com a meritocracia para quem se dedica, gerando, com isso, um Brasil melhor para todos.



Fica nosso pedido a todos os Parlamentares para que apoiem esta agenda, que é boa para o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 15/15

43.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 29/04/2021-
CD 17:36

Publ.: DCD - 30/04/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Repúdio a pronunciamento de Deputado governista sobre relativização das mortes decorrentes da epidemia de Covid-9 no Brasil. Caráter autoritário do Governo Jair Bolsonaro. Protesto contra o desmonte das políticas socioambientais brasileiras. Críticas à política econômica do Governo Federal. Inadmissibilidade da abertura de capital da área de segurança da Caixa Econômica Federal. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre alteração das disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Nós escutamos. Ninguém nos contou. Nós escutamos. Escutamos um Parlamentar dizer que era apenas zero ponto alguma coisa de mortes no Brasil. Escutamos! Nós escutamos!

Dizer isso não é menosprezar as famílias, o luto, a dor, menosprezar as lágrimas que estão, hoje, no povo brasileiro, que fazem parte do cotidiano do povo brasileiro?

E nós escutamos. Escutamos um Parlamentar que nunca argumenta sobre o que é necessário fazer para que nós possamos enfrentar a pandemia. Se tivesse seriedade, ele diria que era preciso retirar da Presidência da República esse peito estufado de ausência de empatia, esse peito estufado de uma condição autocentrada, esse peito estufado que está portando uma faixa presidencial.

Se tivesse que argumentar, de fato, diria que a saúde e a vida do povo brasileiro não podem continuar existindo, enquanto nós tivermos tamanha indiferença, tamanho desprezo, tamanho capacidade de chamar a democracia para bailar na beira de um abismo; de testar permanentemente as instituições e de achar que o Estado é seu -- que o Estado é seu!; de possibilitar que nós tenhamos no Ministério do Meio Ambiente uma política antiambiental; no Ministério de defesa dos



direitos das mulheres, uma política contra as mulheres, antifeminista; na Fundação Palmares, um racista -- um racista!

Ele quer se apropriar de todos os instrumentos que o Brasil lutou para conquistar e dominá-los, para defender os seus interesses. Na reunião do dia 22 de abril, isso ficou muito claro. Ali, nós ouvimos: "*É para passar a boiada. É para passar a boiada.*"

Há madeiras extraídas ilegalmente apreendidas e denúncias gravíssimas de que o Ministro do Meio Ambiente está em conluio com os criminosos.

E 70% da madeira que foi apreendida ninguém reclamou - ninguém reclamou! Se fosse uma madeira legal, uma extração legal, aqueles que a extraíram reivindicariam a posse dela. Mas não, ninguém a reclamou. Uma das empresas acumula milhões em multas! São dezenas de multas, perfazendo milhões de reais.

Portanto, nós estamos vivenciando essa tragédia, e o que faz o Governo? O Governo apostava numa agenda contra o povo brasileiro. É como o mercado: quando o mercado ruge, o Parlamento urge e cobra muito caro por isso. Cobra nacos do Orçamento, que saem de despesas obrigatórias, como aposentadoria, abono salarial, para compor emendas parlamentares.

Nós temos, aqui, neste quadro, um Governo que, diferentemente dos governos dos grandes países do mundo, apostava no austericídio. Deixou o povo brasileiro 3 meses sem auxílio emergencial - 3 meses sem auxílio emergencial! Foram janeiro, fevereiro e março, sem auxílio emergencial. E quando retorna o auxílio emergencial, retorna em um montante 7 vezes menor do que o gasto no ano passado.

Este mesmo Governo faz com que o superávit dos fundos - e nós estamos falando de mais de 100 milhões de reais - seja destinado para o pagamento da dívida. E ainda faz com que tenhamos corte de recursos na saúde. É a tragédia!

E há Parlamentares que sempre vêm atacar a Esquerda, atacar a Esquerda, atacar a Esquerda e atacar a Esquerda. É o discurso eterno do ódio, neste palanque do ódio, do qual eles não conseguem descer. É o palanque do ódio e das mentiras, de que eles não conseguem se desprender. Continuam no mesmo palanque, apostando nas eleições de 2022, apostando na morte, nesse darwinismo social.

O Presidente da República disse em outubro que não iria comprar vacinas, porque a pandemia estava indo embora. Ele disse que era uma gripezinha. E ainda disse ainda era leite derramado e que não se



devia chorar sobre o leite derramado.

Nós vivenciamos essa tragédia, que se traduz em levar embora os amores de várias pessoas. Quem parte, diz a poesia, é sempre o amor de alguém, é sempre o amor de alguém. E me vêm, aqui, os áulicos do Governo, os sabujos desta política genocida, dizer que as mortes não são tantas. Que desprezo com a vida! E, ao mesmo tempo, aproveitam para passar a boiada, entregando o País.

Vejam o que estão fazendo com a Caixa! Querem vender a área de segurança da Caixa. No ano passado, queriam vendê-la por 60 bilhões de reais. Estão a entregando por 31 bilhões de reais, num momento em que vários países do mundo dizem que não se pode desfazer de ativos, porque estamos numa crise. Estamos numa crise - numa crise! -, e eles querem vender a segurança da Caixa. Isso é passar a boiada!

Entraram no Banco Central, com a proposta de criar um banco digital. Nenhum banco faz isso! Tem-se plataformas digitais nos bancos. Pegam um banco digital, que é alma da Caixa, para criar uma subsidiária para poder privatizá-la, sem passar pelo Parlamento, assim como a segurança.

E aí disse bem o Deputado Solla: o Bradesco não faz isso.

Quem é que vai entregar uma área que, com as inseguranças que temos, tem sido supervalorizada, porque representa parte substancial do lucro dos bancos? Nem mesmo o Bradesco entrega a sua segurança a outrem, não entrega o seu balcão, a sua marca. E a Caixa é a marca do povo brasileiro, uma das marcas mais valorizadas do mundo.

Mas vejam mais o que eles estão fazendo. Há um instrumento híbrido, o chamado IHCD - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, que foi disponibilizado para os bancos públicos em 2007, na tentativa de capitalizá-los para que pudessem cumprir sua função social. Os bancos não são obrigados a devolver esses recursos. No entanto, a Caixa Econômica Federal está devolvendo esses recursos que foram postos na instituição para o desenvolvimento urbano, para a habitação, para o saneamento, para as políticas públicas. E a Caixa entende de políticas públicas. A maior articuladora das políticas sociais do Governo é a Caixa Econômica Federal, que está atendendo o povo no auxílio emergencial. É essa empresa que estão descapitalizando, devolvendo para o Tesouro, sem ter nenhuma obrigação com relação a isso, os recursos que foram postos em 2007 para capitalizar a empresa. E a mesma coisa estão exigindo com outros títulos do próprio BNDES.

Querem dilacerar o Brasil - dilacerar o Brasil! Querem acabar com o estado de proteção social. Estão entregando a Constituição para ser



regida pelo mercado com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 202, que trata da reforma administrativa!

Como é possível admitir que se tire a impessoalidade, que se acabe, em grande medida, com o concurso público, que se possibilite a demissão de servidores públicos e que as pessoas sejam contratadas, sem concurso público? Imagine o que aconteceria com o fiscal que multou o então Deputado Jair Bolsonaro, quando ele exercia pesca ilegal?

Eles querem o Estado na mesma concepção de quem quer dominar os órgãos de controle, para que não possam investigar os seus parentes ou os seus amigos. Bolsonaro disse isso naquela reunião: "*Não vou admitir que atuem contra os meus amigos e a minha família*".

É isso o que está acontecendo com o Brasil. Aí, vem alguém aqui, como esse Deputado que só pensa em atacar a Esquerda - a Esquerda, a Esquerda, a Esquerda! - tentar criar uma cortina de fumaça para que não se veja o que está acontecendo no Brasil. Isso é ineficaz. O que está acontecendo no Brasil? Está-se arrancando a comida do prato do povo brasileiro. No Brasil, voltou a ter fome. A fome está entrando no País, arrancando cidadanias, levando as pessoas à angústia e à morte também.

Esse mesmo Deputado disse: "*Ah, eles não têm CNPJ!*" Como se o fato de ter CNPJ traduzisse a inteligência e a sabedoria. Não, eu não tenho CNPJ. Mas nós temos compromisso com este Brasil! Já governamos este Brasil, tiramos o Brasil da fome e olhamos no olho do povo brasileiro.

Por isso, o CNPJ não concentra sabedoria e um Parlamentar também não.
